## PROJETO DE LEI Nº DE 2021

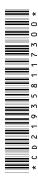
(Do Sr. LUIZ CARLOS MOTTA)

Determina o registro e a identificação eletrônica de animais domésticos por seus tutores e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente", para tipificar o abandono de animais em vias públicas ou privada, urbana ou rural.

## O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Esta Lei determina o registro de animais domésticos nos órgãos municipais responsáveis pelo controle de zoonoses e a identificação eletrônica desses animais, quando permanecerem em zona urbana, e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente", para tipificar o abandono de animais em vias públicas ou privada, urbana ou rural.
- Art. 2º Todos os animais domésticos deverão, obrigatoriamente, ser registrados, por seus tutores, no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, na forma e no prazo estabelecido em regulamentação.
- Art. 3º A identificação dos animais dar-se-á eletronicamente, por meio da inserção subcutânea, em localização biocompatível, de um microchip específico para uso animal.
  - § 1º Os animais deverão ser registrados até o sexto mês de idade.
- § 2º Regulamento fixará o valor da taxa do registro e da identificação eletrônica, tendo em vista cobrir os custos do material utilizado e do serviço prestado.
- § 3º Estarão isentos da taxa do registro e da identificação eletrônica os tutores:



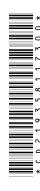


- I de animais castrados, a partir de declaração do médico veterinário;
- II que comprovem baixa renda; e
- III que comprovem ter adotado o animal de entidade de proteção animal ou da própria unidade de controle de zoonoses.
- Art. 4º A documentação de registro e de identificação eletrônica dos animais será expedida pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou por estabelecimentos veterinários devidamente credenciados pelo órgão.

Parágrafo único. A documentação resultante do registro e da identificação eletrônica deverá conter, no mínimo:

- I número do Registro Geral de Animais;
- II data do registro;
- III nome do animal, porte, sexo, raça e cor;
- IV idade real ou presumida;
- V nome completo do tutor, número de seu Registro Geral e de seu Cadastro de Pessoa Física, endereço completo e telefone de contato; e
- VI dados sobre a saúde do animal, vacinas e situação reprodutiva.
  - Art. 5º O microchip utilizado para a identificação dos animais deverá:
- I ser confeccionado em material esterilizado;
- II conter prazo de validade indicado;
- III ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade; e
- IV ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação.
- Art. 6° A inserção do microchip será feita sob supervisão de profissional credenciado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- Art. 7º Os tutores deverão informar o desaparecimento de seus animais ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, o qual expedirá aviso às clínicas veterinárias e aos agentes responsáveis pela fiscalização e pela ordem púbica municipal, de acordo com o regulamento.
- Art. 8° O § 1° do art. 32 da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:





"Δrt	32			
Λιι.	JZ.	 	 	 

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos, e quem abandona animais domésticos em vias públicas" (NR).

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta é a reapresentação do Projeto de Lei de Nº 1.822 de 2015, do nobre Deputado Valdir Colatto, inclusive conservando a justificativa do autor originário, a quem louvo pelo PL. E também a reapresentação do Projeto de Lei 045/2019 do nobre Deputado Fred Costa, inclusive conservando a justificativa do autor originário, A iniciativa de disciplinar o registro e a identificação eletrônica de animais domésticos tem o duplo objetivo de colaborar com o controle de zoonoses e de promover o bem-estar animal, punindo os responsáveis por seu abandono.

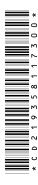
Não reconhecer que a chipagem das populações de animais domésticos implica em controlar, reduzir, prevenir zoonoses e promover a saúde das comunidades foi e continua sendo um grande erro.

Hoje essa população supera o número de crianças nas famílias brasileiras. Esse dado por si só já seria suficiente para o estabelecimento de políticas públicas que tratem do assunto.

A falta de responsabilidade dos responsáveis pelos animais, contribuem para o crescimento populacional de cães e gatos, sem controle, ampliando em curto espaço de tempo uma população espécie especifica, de forma desordenada e de alto risco sanitário aos próprios animais, aos humanos e ao ambiente (São Paulo, 2006).

Conforme Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) (2010), o registro e identificação dos animais e monitoração do tamanho populacional faz parte de um programa de manejo populacional. A identificação dos animais auxilia no monitoramento de animais nas vias urbanas, manejo ambiental, visualização da taxa de sobrevivência e identificação dos tutores, já que fornece indicadores para o gerenciamento das informações.





2021

Para a confecção do texto, inspiramo-nos em algumas iniciativas de lei municipais e dados de pesquisas internacionais sobre saúde publica e bem estar animal, buscando promover a expansão da regulamentação do projeto para todo o território nacional.

Sala das sessões em de

Deputado LUIZ CARLOS MOTTA

